ORDEM DO DIA
PARA A 82ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 09 DE AGOSTO DE 2007

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2005, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivo da Lei Complementar 847, de 1998, que institui o POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão - Programa do Governo do Estado de São Paulo. Com 5 emendas. Parecer nº 2790, de 2005, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável ao projeto, com emenda e contrário às emendas. Com 3 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 3031, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável às emendas nºs 6 e 7, com subemenda substitutiva e contrário à nº 8. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 4, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Estabelece medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo. Com 57 emendas. Parecer nº 515, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 20, 24, 28, 29, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 55, às de nºs 15, 16, 21, 22, 23, 25, 26, 41, 49, 50 e 53, com subemenda, e contrário às demais. Parecer nº 516, de 2006, do Congresso das Comissões de Cultura e de Finanças, favorável ao projeto, às emendas de nºs 3, 9 e 52, às de nºs 32, 33, 34, 46, 48, 51, 53 e 57, com subemendas e contrário às demais. Com 36 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0014, de 2000, (Autógrafo nº 25227), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Parecer nº 126, de 2002, de relator especial

pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 30 e contrário ao projeto quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0057, de 2000, (Autógrafo nº 25163), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Isenta, a pessoa portadora de deficiência, do pagamento da tarifa cobrada em função dos serviços públicos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 25, de 2001, (Autógrafo nº 27037), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Assegura aos professores estáveis da rede pública estadual os mesmos direitos reservados aos professores titulares de cargos efetivos do Estado. Parecer nº 120, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0040, de 2002, de autoria do Sr. Governador. Cria a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, na Procuradoria Geral do Estado. Com emenda. Pareceres nº 1411 e 1412, de 2002, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto e contrários à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 41, de 2003, (Autógrafo nº 26706), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Estabelece diretrizes e normas para a Política Estadual de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0050, de 2003, (Autógrafo nº 25896), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Prorroga o prazo para a concessão do Prêmio de Incentivo à Produtividade e Qualidade - PIPQ, instituído pela Lei Complementar nº 907, de 2001. Parecer nº 163, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0051, de 2003, (Autógrafo nº 25897), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 804, de 1995, e nº 887, de 2000, e prorroga o prazo de concessão do Prêmio de Incentivo à Qualidade - PIQ, bem como, do Abono por Satisfação do Usuário - ASU. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0053, de 2003, (Autógrafo nº 25900), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Prorroga o prazo para a concessão da Gratificação Área Educação, instituída pela Lei Complementar nº 834, de 1997.(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0057, de 2003, (Autógrafo nº 25985), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui contribuição previdenciária para os servidores públicos inativos, militares reformados e respectivos pensionistas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2004, (Autógrafo nº 26629), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza a execução de atividades de Enfermeiros, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Administrador Hospitalar sob a forma de plantão. Parecer nº 128, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2005, (Autógrafo nº 26728), vetado totalmente, de autoria do deputado Caldini Crespo. Regulamenta o afastamento de servidores públicos militares para exercerem mandato como dirigente de entidade de classe da Polícia Militar. Parecer nº 594, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2005, (Autógrafo nº 27043), vetado totalmente, de autoria dos deputados Nivaldo Santana e Ana Martins. Acrescenta inciso ao artigo 22 da Lei Complementar n.º 939, de 2003, que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 9, de 2005, (Autógrafo nº 26441), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria, na Secretaria da Segurança Pública, a Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança-CONSEGs. Parecer nº 2824, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 11, de 2005, (Autógrafo nº 26769), vetado parcialmente, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Organização e a Divisão Judiciária do Estado e cria os cargos necessários para o Quadro do Tribunal de Justiça. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2005, (Autógrafo nº 26641), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público. Pareceres nºs 118 e 119, de 2006, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Institui e disciplina o Sistema de Pontuação Acrescida para Afrodescendentes para fins de realização de concurso público visando ao provimento dos cargos de Defensor Público do Estado. Com 07 emendas. Parecer nº 504, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e às emendas. Parecer nº 505, de 2006, de relator especial pela Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto, às emendas de nºs 1 e 3 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 12, de 2006, (Autógrafo nº 27016), vetado totalmente, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Acrescenta inciso ao artigo 22 da Lei Complementar n° 939, de 2003, que dispõe sobre a instituição do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2006, (Autógrafo nº 27079), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Estabelece critérios para a remuneração na substituição temporária de cargo ou função da Policia Militar. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Cria cargos no Quadro da Secretaria da Cultura. Com 7 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

22 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 44, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Altera o Decreto-lei nº 162, de 1969, que classifica os órgãos de deliberação coletiva da administração centralizada e autárquica e fixa a gratificação de seus integrantes. Com 02 emendas. Pareceres nºs 1270 e

1271, de 2006, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto e contrários às emendas. Parecer nº 1272, de 2006, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto e às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

23 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 57, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Com 09 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 70, de 2006, (Autógrafo nº 27131), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Cria e extingüe cargos no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro do Ministério Público do Estado. Parecer nºs 396, de 2007, de relator especial, pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 75, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Institui a Lei de Promoções da Polícia Militar do Estado. Com 43 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

26 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2007, de autoria do Sr. Governador. Cria a Secretaria da Pessoa com Deficiência. Com 2 emendas. Parecer nº 955, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e contrário às emendas. Parecer nº 956, de 2007, de relator especial pela Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto e às emendas. Parecer nº 957, de 2007, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas.

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 32, de 2007, (Autógrafo nº 27188), vetado parcialmente, de autoria da Mesa. Reajusta em 4,05% as Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, fixadas pela Resolução nº 776, de 1996. Pareceres nºs 1305 e 1306, de 2007, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Finanças, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não incidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela

Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0210, de 1995, (Autógrafo nº 25094), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em propiciar, aos detentos arrimos de família, atividade laborativa remunerada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0648, de 1995, (Autógrafo nº 25503), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a adequação de prédios públicos e transportes ferroviários, ao trânsito e à locomoção de deficientes físicos. Parecer nº 76, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0205, de 1997, (Autógrafo nº 25448), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, nas embalagens dos medicamentos, impresso alertando o consumidor da presença, em sua composição, de corantes, estabilizantes e preservantes químicos ou biológicos. Parecer nº 1483, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 212, de 1997, (Autógrafo nº 26702), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a isenção de incidência de ICMS, na aquisição de ambulâncias, pelas Prefeituras Municipais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0370, de 1997, (Autógrafo nº 24896), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Determina a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária por todos os presos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0475, de 1997, (Autógrafo nº 25146), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a implantação de iluminação especial nas proximidades de escolas públicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0477, de 1997, (Autógrafo nº 25624), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a criação de assessoria permanente para serviço de apoio especializado na área de Educação Especial. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0635, de 1997, (Autógrafo nº 24923), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Atendimento às emergências e traumas no Estado de São Paulo. Parecer nº 321, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do "Passe Pedágio". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0129, de 1999, (Autógrafo nº 24925), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Regulamenta o artigo 57 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, que assegura os direitos dos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932. Parecer nº 252, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0148, de 1999, (Autógrafo nº 24847), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Transforma em estância climática o município de Pinhalzinho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0254, de 1999, (Autógrafo nº 25097), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera a Lei nº 9849, de 1967, que constituiu a Fundação "Padre Anchieta" Centro Paulista de Rádio e TV Educativa. Parecer nº 1723, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0332, de 1999, (Autógrafo nº 25505), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre a concessão de subvenção a pessoas ou famílias de baixa renda, que sejam responsáveis por idosos carentes de cuidados especiais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 361, de 1999, (Autógrafo nº 27038), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Proíbe o trote aos alunos ingressantes ou veteranos nas escolas da rede pública. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0392, de 1999, (Autógrafo nº 24581), vetado totalmente, de autoria do deputado Salvador Khuriyeh. Estabelece obrigatoriedade de Licença de Operação e Funcionamento aos postos de serviços e abastecimentos de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

47 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0397, de 1999, (Autógrafo nº 24560), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Institui o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0404, de 1999, (Autógrafo nº 24892), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre o número máximo de alunos por sala nos estabelecimentos de ensino público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

49 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0421, de 1999, (Autógrafo nº 24463), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Altera a Lei nº 1319, de 1977, que autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em

comodato, ao "Ferroviário Atlético Clube", com sede em Bragança Paulista, imóvel situado nessa localidade. Parecer nº 250, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

50 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0526, de 1999, (Autógrafo nº 25105), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Dispõe sobre a criação do Policiamento Especial Escolar - PES. Parecer nº 1779, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

51 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0556, de 1999, (Autógrafo nº 25081), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre as garantias para que os deficientes físicos não sofram restrições quanto a sua livre locomoção e qualidade de vida. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

52 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0565, de 1999, (Autógrafo nº 25626), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre a Gestão Democrática da Escola Pública Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

53 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0594, de 1999, (Autógrafo nº 26154), vetado totalmente, de autoria do deputado Caldini Crespo. Dispõe sobre a obrigatoriedade, para os médicos da rede pública, de prescrever receitas com o nome genérico dos remédios. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

54 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0595, de 1999, (Autógrafo nº 25536), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Dispõe sobre o uso de energia elétrica na irrigação rural. Parecer nº 71, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

55 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 613, de 1999, (Autógrafo nº 26703), vetado totalmente, de autoria do deputado Arthur Alves Pinto. Dispõe sobre o transporte e o atendimento de doentes em ambulância. Parecer nº 539, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

56 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0664, de 1999, (Autógrafo nº 24540), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Altera a Lei

nº 4595, de 1985, que dispõe sobre a fiscalização, pela Assembléia Legislativa, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. Pareceres nºs 449 e 450, de 2000, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Fiscalização e Controle, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

57 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0688, de 1999, (Autógrafo nº 25075), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Obriga as empresas públicas, sociedades de economia mista e as empresas permissionárias ou concessionárias de serviços públicos estaduais a elaborarem Balanço Social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

58 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0770, de 1999, (Autógrafo nº 24543), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Torna obrigatória a gratuidade da passagem e a reserva de três assentos em ônibus intermunicipais a idosos, com mais de 65 anos de idade. Parecer nº 237, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

59 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0790, de 1999, (Autógrafo nº 25059), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Torna obrigatório o ensino das disciplinas Filosofia e Sociologia nos estabelecimentos de ensino médio. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

60 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 805, de 1999, (Autógrafo nº 26442), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de cinto de segurança nos ônibus de transporte rodoviário. Parecer nº 2872, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

61 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0806, de 1999, (Autógrafo nº 25451), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Regulamenta o período mínimo de atendimento das agências bancárias e das demais instituições financeiras. Parecer nº 1364, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

62 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0816, de 1999, (Autógrafo nº 25452), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Obriga as agroindústrias citricultoras a comprar dos citricultores, no minimo, 80% da matéria-prima principal utilizada na fabricação de suco de laranja. Parecer nº

1408, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

63 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0872, de 1999, (Autógrafo nº 25106), vetado totalmente, de autoria do deputado Conte Lopes. Dispõe sobre a descentralização do Instituto Médico Legal na área de Exame de Toxicologia. Parecer nº 1786, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

64 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0892, de 1999, (Autógrafo nº 26078), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Altera dispositivos da Lei nº 119, de 1973, que autorizou a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

65 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0912, de 1999, (Autógrafo nº 24869), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Dispõe sobre a divulgação e da execução orçamentária do Estado através da "Internet". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

66 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0917, de 1999, (Autógrafo nº 24854), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Transforma em estância turística o município de Brodowski. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

67 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 955, de 1999, (Autógrafo nº 26473), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Dispõe sobre obrigatoriedade da afixação, nos recintos das clínicas de estética, de placas contendo advertências sobre o perigo do bronzeamento artificial. Parecer nº 2978, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

68 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0959, de 1999, (Autógrafo nº 25393), vetado parcialmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Institui o Pólo Turístico das Cidades Religiosas. Parecer nº 1145, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

69 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1030, de 1999, (Autógrafo nº 25095), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Declara Área de Proteção Ambiental - APA os distritos de Souza e Joaquim Egídio, em Campinas. Parecer nº 1780, de 2001, de relator especial pela Comissão de

Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

70 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1034, de 1999, (Autógrafo nº 24935), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Institui o Programa de Incentivo a Cultura do Algodão e cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

71 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1061, de 1999, (Autógrafo nº 25611), vetado totalmente, de autoria do deputado Willians Rafael. Cria cursos de reabilitação para jovens drogados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

72 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 57, de 2000, (Autógrafo nº 26435), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dispõe sobre a instituição do estágio de estudantes de ensino superior em órgãos da administração direta e indireta. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

73 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0080, de 2000, (Autógrafo nº 25739), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Torna obrigatória a realização de exame de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas. Parecer nº 2001, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

74 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0084, de 2000, (Autógrafo nº 25084), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto Calvo. Dispõe sobre o fornecimento do Óleo de Lorenzo aos portadores de Adrenoleucodistrofia ligada ao cromossomo "X". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

75 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0129, de 2000, (Autógrafo nº 25461), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Declara área de proteção ambiental o trecho da Serra da Mantiqueira em São José dos Campos. Parecer nº 1494, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

76 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0142, de 2000, (Autógrafo nº 25394), vetado totalmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Institui o Selo Trabalho Infantil a ser conferido às empresas, empresas de pequeno porte e microempresas que não empregam crianças e adolescentes. Parecer nº 1146, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

77 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0173, de 2000, (Autógrafo nº 26187), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dispõe sobre a distribuição e a destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias. Parecer nº 154, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

78 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0230, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Institui prêmio como recompensa por informações que resultem na localização de pessoas procuradas pela Polícia. Com 5 emendas. Parecer nº 1061, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com substitutivo e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

79 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0245, de 2000, (Autógrafo nº 25462), vetado totalmente, de autoria do deputado Henrique Pacheco. Torna obrigatória a descentralização de cursos ou unidades educacionais das universidades estaduais. Parecer nº 1485, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

80 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0296, de 2000, (Autógrafo nº 25632), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Autoriza o Poder Executivo a implantar a Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeteps), no Município de Bragança Paulista, vinculada à Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

81 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0312, de 2000, (Autógrafo nº 25050), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Assegura ao consumidor o direito de obter informações sobre a natureza, procedência e qualidade dos produtos combustíveis comercializados nos postos revendedores. Parecer nº 1477, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

82 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0333, de 2000, (Autógrafo nº 26188), vetado parcialmente, de autoria do deputado José Carlos Stangarlini. Torna obrigatória a publicação de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, na seção de classificados dos jornais editados no Estado. Parecer nº 66, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

83 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0404, de 2000, (Autógrafo nº 25395), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Mori. Dispõe sobre autorização para aplicação de exames médicos e psicotécnicos para fins de habilitação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

84 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0433, de 2000, (Autógrafo nº 25068), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Yves. Institui o Fundo para Prevenção, Repressão e Fiscalização de Entorpecentes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

85 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0440, de 2000, (Autógrafo nº 25816), vetado parcialmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Proíbe fumar nas dependências e recintos dos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional do Estado. Parecer nº 2201, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

86 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 517, de 2000, (Autógrafo nº 26618), vetado totalmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Torna obrigatória a manutenção de aparelho desfibrilador nos shoppings centers, estádios de futebol, ginásios de esportes e supermercados. Parecer nº 130, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

87 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0565, de 2000, (Autógrafo nº 25627), vetado parcialmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Veda qualquer forma de discriminação racial, ao idoso, ao portador de deficiência física e à mulher. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

88 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0587, de 2000, (Autógrafo nº 24919), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre procedimento relativo ao crédito dos pagamentos correspondentes aos vencimentos, proventos e pensões de servidores públicos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

89 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 636, de 2000, (Autógrafo nº 27081), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Obriga os estabelecimentos bancários a instalarem assentos para idosos, deficientes físicos e gestantes, que estiverem nas filas a eles destinadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

90 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0641, de 2000, (Autógrafo nº 25389), vetado parcialmente, de autoria do deputado Roberto Gouveia. Veda qualquer forma de discriminação a portadores do vírus HIV ou a pessoas com AIDS, na administração pública direta, indireta e fundacional. Parecer nº 1149, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

91 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 676, de 2000, (Autógrafo nº 26635), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Parecer nº 63, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

92 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0696, de 2000, (Autógrafo nº 25065), vetado totalmente, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Define as diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de Hepatite, no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

93 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 705, de 2000, (Autógrafo nº 26704), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Institui o "Selo de Qualidade" para combustíveis revendidos pelos postos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

94 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0054, de 2001, (Autógrafo nº 25489), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto Calvo. Cria, nas esferas administrativas da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Administração Penitenciária, o Programa Estadual de Saúde Carcerária, observando-se as disposições da Lei Complementar n° 791, de 1995 - Código Estadual de Saúde. Parecer nº 1479, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

95 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0076, de 2001, (Autógrafo nº 25069), vetado parcialmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Cria o Programa de Assistência e Recuperação aos Dependentes de Álcool. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

96 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 80, de 2001, (Autógrafo nº 27039), vetado totalmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza. Assegura a todos os cidadãos, independentemente do pagamento de taxa ou preço, a obtenção de certificação da autenticidade das cópias de documentos

emitidos por repartição pública. Parecer nº 112, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

97 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0153, de 2001, (Autógrafo nº 26155), vetado totalmente, de autoria do deputado Marquinho Tortorello. Altera a Lei nº 6544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica. Parecer nº 149, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

98 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0164, de 2001, (Autógrafo nº 25061), vetado totalmente, de autoria do deputado Cicero de Freitas. Cria a Caderneta de Exames Médicos Preventivos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

99 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 263, de 2001, (Autógrafo nº 27089), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Institui o Fundo Estadual de Moradias Populares - FUNEMP, vinculado à Secretaria de Estado da Habitação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

100 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 277, de 2001, (Autógrafo nº 26763), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Torna obrigatória a discriminação de todos os componentes utilizados na produção de ração ou compostos que possam servir para alimentação ou complemento alimentar de animais. Parecer nº 700, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28 § 6º da Constituição do Estado).

101 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 291, de 2001, (Autógrafo nº 26413), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Torna obrigatória a afixação de aviso ao público em locais que mantenham instaladas câmeras de filmagem para o monitoramento da circulação de pessoas. Parecer nº 2812, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

102 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 348, de 2001, (Autógrafo nº 26642), vetado totalmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Determina que os autos apreendidos pelos Ciretrans e DETRAN e, respeitadas a formalidades legais, não reclamados pelos seus proprietários, sejam compactados e seus respectivos documentos extintos. (Artigo 28, § 6º da

Constituição do Estado).

103 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0360, de 2001, (Autógrafo nº 25177), vetado totalmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Dispõe sobre a consignação, em folha de pagamento dos servidores públicos, de compromissos assumidos com organizações sindicais ou associações de classe constituídas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

104 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0385, de 2001, (Autógrafo nº 25056), vetado totalmente, de autoria do deputado Cicero de Freitas. Torna obrigatória a informação sobre a energia consumida pelos aparelhos elétricos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

105 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0392, de 2001, (Autógrafo nº 25111), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Disciplina o registro e a fiscalização dos estabelecimentos denominados "Flats" e "Apart-Hotéis". Parecer nº 39, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

106 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0403, de 2001, (Autógrafo nº 25614), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Regulamenta a rotulagem das lâmpadas fluorescentes para comercialização no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

107 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0434, de 2001, (Autógrafo nº 25160), vetado totalmente, de autoria do deputado Claury Alves Silva. Torna obrigatória a impressão, nas embalagens de produtos destinados à comercialização, de tarjas em cor-padrão identificadoras do material que as compõem, para orientar e facilitar sua separação e destinação à coleta seletiva e reciclagem de lixo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

108 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0524, de 2001, (Autógrafo nº 25468), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Estabelece a obrigatoriedade de construção de zeladoria nas unidades escolares. Parecer nº 1481, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

109 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0544, de 2001, (Autógrafo nº 25500), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Institui o "Programa de Incentivo ao Esporte". Parecer nº 65, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

110 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0575, de 2001, (Autógrafo nº 25282), vetado parcialmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Disciplina a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito instituídas na forma do § 2º do artigo 13 da Constituição Estadual. Parecer nº 720, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

111 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 732, de 2001, (Autógrafo nº 27082), vetado totalmente, de autoria do deputado José Carlos Stangarlini. Determina que as Câmaras Municipais sejam notificadas da liberação de recursos estaduais para os respectivos municípios. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

112 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0747, de 2001, (Autógrafo nº 25649), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Dispõe sobre o tratamento isonômico, no sistema estadual de ensino, entre docentes portadores de diploma de licenciatura plena. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

113 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0756, de 2001, (Autógrafo nº 25458), vetado totalmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Exclui da Área de Proteção Ambiental, área territorial, no Município de Arujá. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

114 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0757, de 2001, (Autógrafo nº 25231), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10705, de 2000, que dispõe sobre o "Imposto sobre Transmissão Causa Mortis" e "Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD". Parecer nº 134, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

115 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0766, de 2001, (Autógrafo nº 25162), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Altera a Tabela "C" anexa à Lei 7645 de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

116 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0774, de 2001, (Autógrafo nº 25483), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Braga. Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames de Emissões Otoacústicas no período neonatal, pelas maternidades, hospitais e demais estabelecimentos de saúde que prestam atendimento obstétrico no Estado. Parecer nº 1509, de 2002,

de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. Parecer nº 1510, de 2002, de relator especial pela Comissão de Saúde, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

117 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0777, de 2001, (Autógrafo nº 25471), vetado totalmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Dispõe sobre procedimentos de identificação, através de pulseiras com números ou código de barras, em recém-nascidos e suas respectivas mães, no período em que estiverem nas maternidades e hospitais. Parecer nº 1489, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

118 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0783, de 2001, (Autógrafo nº 25763), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização, por edifícios e condomínios, de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos. Parecer nº 1997, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

119 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0801, de 2001, (Autógrafo nº 25740), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Altera dispositivos da Lei nº 9155, de 1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação trimestral de estatísticas criminais. Parecer nº 1996, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

120 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0037, de 2002, (Autógrafo nº 25509), vetado totalmente, de autoria do deputado Caldini Crespo. Institui o "Fundo de Crédito Educativo - Bolsa Paulista". Parecer nº 107, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto.(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

121 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0056, de 2002, (Autógrafo nº 25391), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Autoriza as associações ou conjuntos de moradores a dotarem seus imóveis com sistema de segurança privada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

122 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 60, de 2002, (Autógrafo nº 26685), vetado totalmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Obriga a prestação de informações, junto à Secretaria de Segurança Pública, a respeito de locação de imóveis com prazo inferior a seis meses. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

123 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 61, de 2002, (Autógrafo nº 26770), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dispõe sobre a criação de ZUPI-1 no Município de Mairiporã. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

124 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0062, de 2002, (Autógrafo nº 25473), vetado totalmente, de autoria do deputado Claury Alves Silva. Cria o "Programa Cidadania Ludicidade". Parecer nº 1490, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

125 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0085, de 2002, (Autógrafo nº 25398), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Acrescenta dispositivo à Lei nº 1172, de 1976, que delimita as áreas de proteção dos mananciais a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898, de 1975, de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

126 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0103, de 2002, (Autógrafo nº 26149), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlinhos Almeida. Estabelece vinculação dos recursos arrecadados pelo Fundo de Incentivo à Segurança Pública - FISP, na modernização da Polícia Científica. Parecer nº 143, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

127 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0111, de 2002, (Autógrafo nº 25502), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.783, de 2001, que dispõe sobre o ensino religioso na rede pública estadual de ensino fundamental. Parecer nº 66, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

128 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 155, de 2002, (Autógrafo nº 26454), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Fundo Especial de Despesa na Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Parecer nº 2794, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

129 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 175, de 2002, (Autógrafo nº 26764), vetado parcialmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dispõe sobre a fixação, no vidro traseiro de auto-ônibus e utilitários usados no

transporte urbano e suburbano de passageiros, de adesivo com a seguinte inscrição: DISQUE 800-156315 - DENUNCIE TODO ATO CRIMINOSO. Parecer nº 693, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28 § 6º da Constituição do Estado).

130 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0179, de 2002, (Autógrafo nº 25597), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Institui convênio, entre o Estado e as Associações de Pais e Mestres, para a manutenção do sistema de segurança nas Unidades de Ensino. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

131 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 207, de 2002, (Autógrafo nº 27062), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre iluminação pública em trechos de rodovias estaduais dentro do perímetro urbano. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

132 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 255, de 2002, (Autógrafo nº 26693), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Proíbe a cobrança de valores a título de "assinatura mensal" decorrentes de serviços de telefonia fixa e móvel celular. Parecer nº 206, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

133 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 2002, (Autógrafo nº 26451), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Proíbe a fabricação, comercialização e utilização de colas que contenham solvente a base de tolueno. Parecer nº 2815, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

134 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 327, de 2002, (Autógrafo nº 26707), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Obriga o cadastro de todas as máquinas de terraplenagem, ar comprimido e hidráulicas transportadas no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

135 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0382, de 2002, (Autógrafo nº 25615), vetado totalmente, de autoria da deputada Terezinha da Paulina. Autoriza o Poder Executivo a transformar a Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, em Hospital Regional do Sudoeste e Vale do Ribeira. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

136 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 391, de 2002, (Autógrafo nº 26621), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caramez. Disciplina a prestação de serviços de reboque, resgate, guincho e remoção de veículos no Estado. Parecer nº 141, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

137 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0409, de 2002, (Autógrafo nº 25731), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões. Cria o "Conselho Estadual dos Povos Indígenas". Parecer nº 1820, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

138 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0428, de 2002, (Autógrafo nº 25630), vetado totalmente, de autoria do deputado Henrique Pacheco. Cria o "Programa Estadual de Complementação à Formação Docente". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

139 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0436, de 2002, (Autógrafo nº 25735), vetado parcialmente, de autoria do deputado Celino Cardoso. Altera o artigo 26 do Decreto-Lei 257, de 1970, assegurando aos servidores ativos e inativos do IAMSPE - Instituto de Assistência ao Servidor Público Estadual, o direito de inscrição como contribuintes facultativos, bem como o direito de inscrever seus beneficiários e agregados. Parecer nº 1857, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

140 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0494, de 2002, (Autógrafo nº 26150), vetado totalmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Obriga a instalação de estrutura plástica, com a mesma altura das pontes e dos viadutos instalados no Estado, antecedendo a aproximadamente 500 metros dos mesmos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

141 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 512, de 2002, (Autógrafo nº 26437), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Dispõe sobre a obrigatoriedade de adição de ácido fólico na farinha de trigo e na farinha de milho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

142 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0522, de 2002, (Autógrafo nº 25682), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá a denominação de "Halim Rahal" à via de acesso ao Município de Birigüi, localizada no Km 516, 234 da Rodovia SP - 300. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

143 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 595, de 2002, (Autógrafo nº 27083), vetado parcialmente, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame oftalmológico para o diagnóstico precoce de retinoblastoma nas maternidades públicas e estabelecimentos hospitalares congêneres no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

144 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0708, de 2002, (Autógrafo nº 25577), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro, em face das disposições da Lei federal nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, que regula o § 2º do artigo 236 da Constituição Federal. Parecer nº 83, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

145 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0027, de 2003, (Autógrafo nº 25635), vetado totalmente, de autoria do deputado José Carlos Tonin. Passa a integrar a Rodovia Santos Dumont - SP 075, a Rodovia Ermênio de Oliveira Penteado - SP 075 que liga o aeroporto de Viracopos ao Município de Salto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

146 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0053, de 2003, (Autógrafo nº 25636), vetado parcialmente, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimento do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

147 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 139, de 2003, (Autógrafo nº 26423), vetado totalmente, de autoria do deputado Vicente Cândido. Dispõe sobre o funcionamento do comércio varejista aos domingos e feriados. Parecer nº 2970, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

148 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0148, de 2003, (Autógrafo nº 26082), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Alves. Dispõe sobre afixação, em estabelecimentos, que comercializam bebidas alcoólicas, de cartaz alertando sobre o malefício do consumo de bebidas alcoólicas. Parecer nº 1167, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

149 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 164, de 2003, (Autógrafo nº 27042), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Dispõe

sobre a obrigatoriedade de consulta prévia à CETESB para aprovação de empreendimentos imobiliários. Parecer nº 113, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

150 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0165, de 2003, (Autógrafo nº 26089), vetado parcialmente, de autoria do deputado Milton Vieira. Dispõe sobre obrigatoriedade de divulgação dos valores arrecadados a título de multas de trânsito. Parecer nº 1162, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

151 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 197, de 2003, (Autógrafo nº 27044), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Torna facultativo o funcionamento do comércio em geral aos domingos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

152 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0217, de 2003, (Autógrafo nº 26002), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá denominação de "Doutor Hélio do Amaral Sampaio" ao viaduto existente na saída 520 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, acesso à Rodovia Gabriel Melhado - SP 461, sentido Birigüi - Buritama, em Birigüi. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

153 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0218, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre alienação de imóveis localizados no Complexo Avenida Nações Unidas, Avenida Águas Espraiadas e Avenida Luiz Carlos Berrini, na Capital. Com 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

154 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0240, de 2003, (Autógrafo nº 25852), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Regulamenta a forma de realização das audiências públicas para elaboração e discussão dos planos plurianuais, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

155 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 262, de 2003, (Autógrafo nº 26708), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Acrescenta dispositivos à Lei nº 2574, de 1980, que estabelece normas para declaração de utilidade pública. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

156 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0280, de 2003, (Autógrafo nº 25821), vetado parcialmente, de autoria do deputado Ubiratan Guimarães. Altera dispositivos da Lei nº 2.248, de 1953, que dispõe sobre extinção e

criação de medalhas na Força Pública do Estado. Parecer nº 87, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

157 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 302, de 2003, (Autógrafo nº 26709), vetado totalmente, de autoria do deputado Afonso Lobato. Disciplina o plantio de eucalipto no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

158 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 372, de 2003, (Autógrafo nº 26474), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Alves. Dispõe sobre a construção de isoladores de ruídos nos trechos das rodovias estaduais que possuam imóveis residenciais a menos de 120 metros da faixa de domínio. Parecer nº 2975, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

159 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0413, de 2003, (Autógrafo nº 25805), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Determina data para a realização das Semanas Internas de Prevenção aos Acidentes no Trabalho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

160 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 443, de 2003, (Autógrafo nº 26768), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Torna obrigatória a notificação às Câmaras Municipais e à Assembléia Legislativa, quando do repasse ou transferência de recursos públicos estaduais aos municípios. Parecer nº 702, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

161 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0444, de 2003, (Autógrafo nº 25886), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões. Institui a "Semana da Capoeira". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

162 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0576, de 2003, (Autógrafo nº 25878), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Obriga a inclusão de produtos definidos como orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino fundamental da rede pública estadual e municipalizada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

163 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0578, de 2003, (Autógrafo nº 26069), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Martins. Institui o registro público de toda a demanda populacional não atendida nos órgãos públicos do Poder Executivo. Parecer nº 1168, de 2004, de relator especial pela

Comissão de Justiça, favorável ao projeto.(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

164 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0644, de 2003, (Autógrafo nº 26083), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre medida a ser adotada por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado não-integrante da Administração Indireta estadual a quem tenha sido alienado, sem prévia licitação, bem público imóvel do Estado ou de entidade da Administração Indireta estadual ou outorgado o uso de tal bem. Parecer nº 1161, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

165 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 663, de 2003, (Autógrafo nº 26456), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a criação de zonas de alerta Ambiental. Parecer nº 2829, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

166 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 694, de 2003, (Autógrafo nº 26443), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões. Assegura, às pessoas portadoras de deficiência auditiva, o direito de serem atendidas nas repartições públicas estaduais por meio da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Parecer nº 2971, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

167 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0695, de 2003, (Autógrafo nº 26160), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Salustiano. Autoriza o desconto de parcelas de amortização e juros de empréstimos nos vencimentos, proventos e pensões de servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Estado. Parecer nº 248, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

168 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0710, de 2003, (Autógrafo nº 26312), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Ailton José de Almeida" ao Fórum da Comarca de Jaguariúna, naquele Município. Parecer nº 1050 de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

169 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 712, de 2003, (Autógrafo nº 26434), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Obriga a

substituição gradativa de adesivos com solventes orgânicos, conhecidos pelas denominações "cola sintética" ou "cola de sapateiro" por outros à base de água, até a sua total eliminação. Parecer nº 2843, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

170 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 765, de 2003, (Autógrafo nº 26745), vetado totalmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza. Determina que o Diário Oficial do Estado e demais publicações legislativas sejam pelo método Braille, na forma que especifica. Parecer nº 624, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

171 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0807, de 2003, (Autógrafo nº 26076), vetado totalmente, de autoria do deputado Giba Marson. Dispõe sobre a inclusão extracurricular de noções básicas de cidadania a serem ministradas nas escolas públicas estaduais. Parecer nº 1169, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

172 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 815, de 2003, (Autógrafo nº 27091), vetado totalmente, de autoria do deputado Caldini Crespo. Dispõe sobre ensino em período integral nas Escolas Públicas Estaduais ou Municipalizadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

173 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 831, de 2003, (Autógrafo nº 26622), vetado totalmente, de autoria do deputado Caldini Crespo. Dispõe sobre a proibição de realização de provas orais em concursos públicos. Parecer nº 129, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

174 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0848, de 2003, (Autógrafo nº 26248), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o curso gratuito pré-vestibular nas universidades públicas do Estado de São Paulo. Parecer nº 144, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

175 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 853, de 2003, (Autógrafo nº 26690), vetado totalmente, de autoria do deputado Ubiratan Guimarães. Dispõe sobre o credenciamento de psicólogos e médicos para a realização de exames psicotécnicos em candidatos à habilitação de motoristas. Parecer nº 218, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao

projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

176 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0862, de 2003, (Autógrafo nº 26161), vetado parcialmente, de autoria do deputado Gilson de Souza. Cria o Prêmio "Parlamentar do Futuro". Parecer nº 67, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

177 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 898, de 2003, (Autógrafo nº 27032), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Martins. Institui o programa "Pró-Mulher" de trabalho e qualificação da mão-de-obra feminina no Estado. Parecer nº 111, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

178 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 899, de 2003, (Autógrafo nº 27084), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Institui Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às pessoas com epilepsia no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

179 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0900, de 2003, (Autógrafo nº 25880), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Institui o "DISQUE-ECOLOGIA" na Secretaria do Meio Ambiente. Parecer nº 153, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

180 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0907, de 2003, (Autógrafo nº 25961), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Institui a Semana de Prevenção a Brincadeiras Perigosas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

181 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0930, de 2003, (Autógrafo nº 26251), vetado totalmente, de autoria do deputado Vaz de Lima. Declara Área de Proteção Ambiental (APA) a Fazenda Piedade, localizada nos Municípios de Mirassol e São José do Rio Preto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

182 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0936, de 2003, (Autógrafo nº 26066), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga os Hospitais-Maternidades do Estado a realizarem, gratuitamente, o exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas, também conhecido como "teste da orelhinha". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

183 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 984, de 2003, (Autógrafo nº 26417), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-Lei nº 145, de 1969. Parecer nº 2795, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

184 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 985, de 2003, (Autógrafo nº 26748), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Obriga o cadastro perante o Poder Público das empresas de informações reservadas ou confidenciais ou particulares, de que tratam a Lei Federal n º 3.099, de 24 de fevereiro de 1957 e o Decreto n º 50.532, de 3 de maio de 1961, bem como os escritórios de detetives particulares autônomos e as entidades que ministrem cursos de formação e treinamento desses profissionais. Parecer nº 557, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

185 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 996, de 2003, (Autógrafo nº 27045), vetado totalmente, de autoria do deputado Souza Santos. Dispõe sobre o fornecimento de cópia do boletim de ocorrência no momento do seu registro, devidamente validado pela autoridade policial competente. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

186 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 998, de 2003, (Autógrafo nº 26444), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre atendimento especial às mulheres e crianças vítimas de violência sexual. Parecer nº 2879, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

187 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1014, de 2003, (Autógrafo nº 26418), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga os fabricantes de armas de brinquedos a afixarem em suas embalagens a seguinte mensagem: este produto estimula a violência e pode ser usado para o crime. Parecer n° 2691, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

188 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1016, de 2003, (Autógrafo nº 26077), vetado totalmente, de autoria do deputado Romeu Tuma. Assegura, aos usuários de serviços de telefonia, o direito à intimidade e à privacidade quanto ao recebimento de ligações de empresas prestadoras de serviço de telemarketing. Parecer nº 1163, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

189 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1018, de 2003, (Autógrafo nº 26178), vetado totalmente, de autoria do deputado Said Mourad. Obriga a instalação de poços de monitoramento de aquíferos freáticos em locais destinados à implantação de Tanques de Armazenamento Subterrâneo contendo hidrocarboneto de Petróleo e álcool (TAS). Parecer nº 107, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

190 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1024, de 2003, (Autógrafo nº 26623), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Salustiano. Institui o cadastro dos condenados por crime contra a mulher. Parecer nº 152, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

191 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1037, de 2003, (Autógrafo nº 26631), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula da rede pública e oficial de ensino do Estado. Parecer nº 145, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

192 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1041, de 2003, (Autógrafo nº 25898), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Mantém a alíquota de 18% (dezoito por cento) do ICMS, nas operações internas, até 31 de dezembro de 2004. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

193 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1090, de 2003, (Autógrafo nº 26712), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Alves. Proíbe as empresas de utilizarem o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM no processo seletivo para fins de admissão de funcionários. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

194 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1114, de 2003, (Autógrafo nº 26032), vetado totalmente, de autoria do deputado Ubiratan Guimarães. Dá a denominação de "Cel PM Cid Benedito Marques" à Corregedoria de Polícia Militar do Estado de São Paulo. Pareceres nºs 995 e 996, de 2004, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

195 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1135, de 2003, (Autógrafo nº 26486), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Proíbe a

suspensão da prestação dos serviços de telefonia fixa para as ligações destinadas aos serviços públicos emergenciais. Parecer nº 2972, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

196 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1141, de 2003, (Autógrafo nº 26050), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP.(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

197 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1148, de 2003, (Autógrafo nº 26452), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Estabelece normas para a destinação final de garrafas plásticas de refrigerantes. Parecer nº 2886, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

198 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1152, de 2003, (Autógrafo nº 26446), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dispõe sobre o repovoamento dos rios. Parecer nº 2818, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

199 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1206, de 2003, (Autógrafo nº 26483), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Lopes. Estabelece condição para a fabricação, distribuição e comercialização de bebidas alcoólicas. Parecer nº 2974, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

200 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1225, de 2003, (Autógrafo nº 26447), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Cria a "Cédula de Identificação do Produtor Rural". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

201 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1232, de 2003, (Autógrafo nº 26571), vetado parcialmente, de autoria dos deputados Nivaldo Santana e Ana Martins. Institui o "Dia do Samba". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

202 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1234, de 2003, (Autógrafo nº 25962), vetado parcialmente, de autoria do deputado Sebastião Arcanjo. Institui a "Semana da Energia e Cidadania". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

203 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 2, de 2004, (Autógrafo nº 27132), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de Parque da Juventude "Leônidas da Silva" ao próprio estadual do Carandiru, onde ficava a antiga Casa de Detenção de São Paulo, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

204 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0003, de 2004, (Autógrafo nº 26189), vetado parcialmente, de autoria do deputado Afonso Lobato e outros. Cria a "Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Álcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-açúcar". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

205 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0024, de 2004, (Autógrafo nº 26072), vetado totalmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Altera dispositivo da Lei n.º 10.335, de 1999, que dispõe sobre a prestação de serviço voluntário. Parecer nº 1156, de 2004, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

206 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 36, de 2004, (Autógrafo nº 26487), vetado totalmente, de autoria do deputado Orlando Morando. Proíbe às pessoas jurídicas o descarte de produto, subproduto ou resíduo, que contenha óleo mineral ou vegetal, no meio ambiente natural ou, ainda, direta ou indiretamente junto à rede de esgoto. Parecer nº 2979, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

207 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 76, de 2004, (Autógrafo nº 26716), vetado parcialmente, de autoria do deputado Said Mourad. Obriga a colocação de placas informativas dos valores do couvert artístico e do ingresso nas casas noturnas que explorem música ao vivo ou eletrônica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

208 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0079, de 2004, (Autógrafo nº 26080), vetado parcialmente, de autoria do deputado Emidio de Souza. Assegura a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados para as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

209 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 137, de 2004, (Autógrafo nº 26683), vetado totalmente, de autoria do deputado Adilson Barroso. Obriga os veículos, de quatro toneladas ou mais, e ônibus de todas as categorias a

usarem escapamento com saída de gases em sentido vertical, acima da cabine do motorista. Parecer nº 142, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

210 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 155, de 2004, (Autógrafo nº 26717), vetado totalmente, de autoria dos deputados Nivaldo Santana e Ana Martins. Altera o § 1º do artigo 4º da Lei n.º 119, de 29 de 1973, que autoriza a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. Parecer nº 547, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

211 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 158, de 2004, (Autógrafo nº 26718), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Institui o "Programa de Auxílio Financeiro ao Estudante do Ensino Superior no Estado de São Paulo - (PAFEES)". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

212 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0165, de 2004, (Autógrafo nº 26250), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Dispõe sobre a merenda escolar servida nas escolas públicas do Estado. Parecer nº 111, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

213 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 176, de 2004, (Autógrafo nº 26425), vetado totalmente, de autoria do deputado Romeu Tuma. Obriga os estabelecimentos, que comercializam alimentos, a afixarem, em lugar de fácil visualização, aviso que determinados produtos, oferecidos em promoção, só estão com desconto em virtude da proximidade do vencimento do prazo de validade para o seu consumo. Parecer nº 2830, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

214 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0190, de 2004, (Autógrafo nº 26192), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Alves. Obriga o responsável técnico por qualquer obra de construção civil, em área urbana dos municípios da Grande São Paulo, cuja distribuição de água tratada esteja sob a responsabilidade da SABESP, a comunicar a esta e à prefeitura local a ocorrência de drenagem de água de lençol freático em razão de escavações de quaisquer tipos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

215 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0205, de 2004, (Autógrafo nº 26320), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Dá a

denominação de "Nelson Sebastião Bombarda" à passarela localizada no Km 80 da SP - 255, Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, em Araraquara. Parecer nº 1247, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

216 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 210, de 2004, (Autógrafo nº 27063), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Obriga a instalação de placas educativas pelas concessionárias das rodovias estaduais em suas margens, para a prevenção de acidentes de trânsito. Parecer nº 133, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

217 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 214, de 2004, (Autógrafo nº 26426), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Sergio. Institui o direito à assistência judiciária gratuita aos maiores de sessenta anos de idade, bem como a prioridade no atendimento. Parecer nº 2814, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

218 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 233, de 2004, (Autógrafo nº 27074), vetado totalmente, de autoria do deputado Fausto Figueira. Institui a Política de Saúde no Trabalho para o servidor público do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

219 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 247, de 2004, (Autógrafo nº 27048), vetado totalmente, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Obriga a informação dos valores dos veículos automotores nos anúncios de classificados de jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

220 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 354, de 2004, (Autógrafo nº 26400), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Professora Terezinha Aparecida Silva Garcia" à Escola Estadual Vila Santa Maria, em São José da Bela Vista. Parecer nº 2713, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

221 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 377, de 2004, (Autógrafo nº 26402), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Dá a denominação de "Dr. Paulo Costa" ao Centro de Saúde de Palmeira D'Oeste, naquele Município. Parecer nº 2700, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

222 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0389, de 2004, (Autógrafo nº 26327), vetado totalmente, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Dr. Miguel Bello" ao Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita - CAIS - SR, em Santa Rita do Passa Quatro. Parecer nº 1248, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

223 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0435, de 2004, (Autógrafo nº 26165), vetado totalmente, de autoria do deputado Marcelo Candido. Veda a produção, comercialização ou a utilização de captores iônico-radioativos em sistemas de proteção contra descargas atmosféricas instalados em estruturas de edificações públicas, comerciais, industriais, agrícolas ou residenciais. Parecer nº 114, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

224 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 451, de 2004, (Autógrafo nº 27071), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Altera a redação de dispositivo da Lei n° 6.374, de 1989, que instituiu o ICMS, a fim de conceder isenção tributária para veículo automotor, adquirido, diretamente ou por intermédio de representante legal, para uso de portadores de deficiência física, visual, mental, severa ou profunda, e autistas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

225 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 506, de 2004, (Autógrafo nº 26753), vetado totalmente, de autoria do deputado Baleia Rossi. Altera dispositivo da Lei nº 6.606, de 1989, a fim de estabelecer alíquota do IPVA para veículos automotores movidos, alternadamente, por mais de um tipo de combustível ("flexpower"), exceto diesel. Parecer nº 626, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

226 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 542, de 2004, (Autógrafo nº 26727), vetado totalmente, de autoria do deputado Souza Santos. Obriga os estabelecimentos comerciais a disponibilizarem, para consulta, o Código de Defesa dos Direitos do Consumidor. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

227 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 619, de 2004, (Autógrafo nº 26377), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Sargento Odair Antonio Benelli" à 3ª Companhia da Polícia Militar de Cândido Mota, naquele Município. Parecer nº 2699, de 2005, de

relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

228 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 629, de 2004, (Autógrafo nº 27051), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Cria o Programa de Apoio aos Portadores de Psoríase. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

229 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0630, de 2004, (Autógrafo nº 26166), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a extinguir a Faculdade de Engenharia Química de Lorena - FAENQUIL. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

230 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 650, de 2004, (Autógrafo nº 26479), vetado totalmente, de autoria do deputado Ricardo Castilho. Proíbe as locadoras de veículos de utilizarem veículos licenciados em outros estados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

231 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 672, de 2004, (Autógrafo nº 26505), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Dr. Amadeu Vieira Guerra" ao acesso situado no km 268,850 da Rodovia SP-340, em Cajurú. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

232 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0679, de 2004, (Autógrafo nº 26186), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Obriga os estabelecimentos de atendimento médico-hospitalar a comunicarem o nascimento de criança com deficiência visual à Secretaria de Saúde. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

233 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 684, de 2004, (Autógrafo nº 26382), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá a denominação de "Dr, Luiz Padilha de Oliveira" ao Centro de Saúde II de Pompéia, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

234 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0706, de 2004, (Autógrafo nº 26193), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Almeida. Institui o "Programa Lixo Reciclado na Escola". Parecer nº 156, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

235 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 715, de 2004, (Autógrafo nº 26626), vetado totalmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza.

Acrescenta parágrafos ao artigo 5º, da Lei nº 7862, de 1992, que estabelece normas de funcionamento do Fundo de Melhoria das Estâncias e fixa critérios para transferência e aplicação de seus recursos. Parecer nº 135, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

236 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 723, de 2004, (Autógrafo nº 26633), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Obriga a compatibilização da jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, com o seu horário escolar. Parecer nº 90, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

237 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 739, de 2004, (Autógrafo nº 26756), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 119, de 1973, que autorizou a constituição de uma sociedade por ações sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Parecer nº 662, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

238 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 748, de 2004, (Autógrafo nº 26467), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Almeida. Autoriza a criação do "Museu Estadual de Cultura das Tradições Nordestinas". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

239 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 768, de 2004, (Autógrafo nº 26549), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá a denominação de "Vereador Armando Maran" ao Centro de Saúde III de Quintana, naquele Município. Parecer nº 3030, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

240 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 769, de 2004, (Autógrafo nº 26408), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Dá a denominação de "Eustáquio Pereira da Silva" ao Centro de Saúde III de Álvaro de Carvalho, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

241 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 798, de 2004, (Autógrafo nº 26525), vetado totalmente, de autoria do deputado Mário Reali. Dá a denominação de "Prof. Dr. José de Filippi" ao Centro de Saúde II - em Espírito Santo do Pinhal, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do

Estado).

242 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 55, de 2005, (Autógrafo nº 27033), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Arcanjo. Disciplina a inscrição de atletas para a participação dos Jogos Abertos da Juventude, dos Jogos Regionais e dos Jogos Abertos do Interior. Parecer nº 118, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

243 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 56, de 2005, (Autógrafo nº 26558), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de "Mariinha F. Consonni" ao trevo de entrocamento da Rodovia José Fregonesi - SP 328, com a Rodovia Antonio Machado Sant'Anna - SP 255, entre os Kms. 13 e 14, em Campinas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

244 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 59, de 2005, (Autógrafo nº 27040), vetado totalmente, de autoria do deputado Paulo Sergio. Autoriza o Estado a destinar áreas, de sua propriedade, para a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

245 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 66, de 2005, (Autógrafo nº 26742), vetado totalmente, de autoria do deputado Jonas Donizette. Obriga as instituições financeiras a instalarem câmaras de vídeo com sistema de gravação remoto nos locais onde ocorra movimentação financeira em papel moeda. Parecer nº 546, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

246 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 67, de 2005, (Autógrafo nº 26638), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilson de Souza. Obriga as instituições bancárias a instalarem bebedouros e sanitários nos locais de atendimento ao público. Parecer nº 92, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

247 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 74, de 2005, (Autógrafo nº 26767), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Obriga a inserção, nas embalagens de produtos alimentícios destinados às pessoas que não toleram a ingestão de açúcar ou gordura, da informação que os mesmos não contém esses ingredientes em sua composição. (Artigo 28 § 6º da Constituição do Estado).

248 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 77, de 2005, (Autógrafo nº 26775), vetado parcialmente, de autoria do deputado Paulo Sergio. Cria a campanha continuada estadual de repúdio aos crimes de violência praticados contra a mulher. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

249 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 80, de 2005, (Autógrafo nº 27064), vetado totalmente, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Cria o Programa Multidisciplinar para Tratamento da Anorexia. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

250 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 137, de 2005, (Autógrafo nº 27092), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Veda toda e qualquer admissão de servidor para desempenhar cargo ou função nos órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional sob forma não prevista no artigo 115 da Constituição Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

251 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 148, de 2005, (Autógrafo nº 27065), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Estabelece normas e diretrizes para o turismo de aventura. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

252 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 174, de 2005, (Autógrafo nº 27085), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Cria o Programa Estadual de Fitoterápicos, Plantas Medicinais e Aromáticas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

253 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 176, de 2005, (Autógrafo nº 26601), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de "Dr. Luiz Camargo Wolfmann" à Escola de Administração Penitenciária, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

254 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 248, de 2005, (Autógrafo nº 26730), vetado totalmente, de autoria do deputado Waldir Agnello. Obriga a impressão, na Carteira Nacional de Habilitação, do tipo sanguíneo do titular. Parecer nº 540, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

255 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 269, de 2005, (Autógrafo nº 26639), vetado parcialmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim e outros. Institui a Política Estadual do Cooperativismo. (Artigo 28, § 6º da

Constituição do Estado).

256 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 282, de 2005, (Autógrafo nº 26535), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Mentor. Declara de utilidade pública a Associação Espírita de Americana - AEA, naquele Município. Parecer nº 2997, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

257 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 306, de 2005, (Autógrafo nº 27013), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Determina o fechamento de estabelecimentos e instituições que facilitem ou promovam a exploração sexual comercial e o aliciamento de crianças e adolescentes. Parecer nº 80, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

258 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 311, de 2005, (Autógrafo nº 27053), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Obriga os servidores ocupantes de cargos em comissão ou de livre provimento, que especifica, a fazerem declaração pública e circunstanciada de seus bens, por ocasião de suas nomeações e exonerações. Parecer nº 116, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

259 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 316, de 2005, (Autógrafo nº 26760), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei nº 6.374 de 1989, que dispõe sobre a instituição do ICMS, especialmente no que se refere à inscrição estadual e às penalidades relativas ao uso de programa aplicativo em desacordo com a legislação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

260 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 326, de 2005, (Autógrafo nº 26773), vetado parcialmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim e outros. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

261 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 348, de 2005, (Autógrafo nº 27093), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Lopes e outros. Cassa a licença de funcionamento de farmácias de manipulação, nas hipóteses que especifica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

262 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 379, de 2005, (Autógrafo nº 26961), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Lopes. Dá a

denominação de "Benedicta Ramos Caruso" à Estação de Trem Metropolitano Cidade Dutra, na Capital (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

263 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 434, de 2005, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), a fim de assumir débitos tributários e não-tributários, mediante o recebimento simultâneo de créditos representados por precatórios. Com 8 emendas. Parecer nº 2205, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto com substitutivo e contrário às emendas. Parecer nº 2206, de 2005, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, contrário às emendas e ao substitutivo. (Artigo 26 da Constituição do Estado)

264 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 469, de 2005, (Autógrafo nº 27086), vetado totalmente, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Estabelece normas para os serviços de manobra, estacionamento e guarda de veículos, denominados "Valet Service" em estabelecimentos de qualquer natureza. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

265 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 517, de 2005, (Autógrafo nº 27073), vetado totalmente, de autoria do deputado José Bittencourt. Estabelece norma de segurança ao Consumidor, no atendimento em caixas, guichês e assemelhados. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

266 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 567, de 2005, (Autógrafo nº 26751), vetado totalmente, de autoria do deputado Italo Cardoso. Institui o "Cadastro Obrigatório Estadual das Fontes Geradoras de Radioatividade e Afins". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

267 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 606, de 2005, (Autógrafo nº 27054), vetado totalmente, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre a criação de ônibus bibliotecas no Estado. Parecer nº 119, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

268 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 700, de 2005, (Autógrafo nº 26774), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2006. Parecer nº 517, de 2006, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

269 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 720, de 2005, (Autógrafo nº 26919), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Dá a denominação de "Dr. Celso Telles" à sede da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

270 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 746, de 2005, (Autógrafo nº 27028), vetado totalmente, de autoria da Mesa. Disciplina a criação dos Setores de Conciliação para as Varas Cíveis e de Família, em fase processual ou extraprocessual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

271 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 750, de 2005, (Autógrafo nº 26739), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Obriga a inclusão da vacina contra a varicela no Calendário de Vacinação do Estado. Parecer nº 556, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário o projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

272 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 760, de 2005, (Autógrafo nº 26740), vetado totalmente, de autoria do deputado Marquinho Tortorello. Obriga a administração estadual a fornecer, gratuitamente, produtos farmacêuticos para o bloqueio e proteção solar, aos servidores que exercem suas atividades ao ar livre. Parecer nº 548, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

273 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 2005, (Autógrafo nº 26757), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui o "Programa de Ação Cultural - PAC". Parecer nº 518, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto em relação ao artigo 12 e, contrário ao projeto, quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

274 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 793, de 2005, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei nº 10.941, de 2001, que dispõe sobre o processo administrativo tributário decorrente de lançamento de ofício. Com 11 emendas. Parecer nº 3534, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 e contrário às demais. Parecer nº 3535, de 2005, de relator especial pela Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto e contrário às emendas (Artigo 26 da Constituição do Estado).

275 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 816, de 2005, (Autógrafo nº 27067), vetado totalmente, de autoria do deputado Giba Marson. Obriga a

apresentação prévia e condicional de laudo de impactos sócio-econômico e de vizinhança para a concessão de licença estadual destinada à operação de grandes empreendimentos do comércio, tais como hipermercados, supermercados, centros comerciais, lojas de departamentos e similares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

276 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 824, de 2005, (Autógrafo nº 26698), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo 'Bispo Gê' Tenuta. Proíbe o uso de charutos em recintos fechados mesmo nas áreas destinadas a fumantes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

277 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 857, de 2005, (Autógrafo nº 27034), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Morais. Assegura aos portadores de diabetes o acesso gratuito a dispositivos de verificação instantânea da glicemia. Parecer nº 115, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

278 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 864, de 2005, (Autógrafo nº 27014), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo 'Bispo Gê' Tenuta. Obriga a exibição de informe publicitário em todas as salas de cinema, antes das sessões, esclarecendo as conseqüências sofridas pelo organismo humano e pela sociedade devido ao uso de drogas ilícitas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

279 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 867, de 2005, (Autógrafo nº 26682), vetado totalmente, de autoria do deputado Conte Lopes. Obriga o uso de logotipo e telefone nas ambulâncias, com indicação do hospital a que pertencem ou da empresa prestadora de serviços de remoção hospitalar. Parecer nº 81, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

280 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 869, de 2005, (Autógrafo nº 27076), vetado totalmente, de autoria do deputado Vicente Cândido e outros. Autoriza a criação do "Fundo Estadual do Esporte e Lazer" e disciplina seu funcionamento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

281 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 874, de 2005, (Autógrafo nº 26923), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Dá a denominação de "Professora Marilze Calil" à Escola Estadual Cidade Nova III, em Itú. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

282 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 904, de 2005, (Autógrafo nº 27103), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Dá a denominação de "Professora Maria Cristina Castanho Mendes Pereira" à Escola Estadual Bairro Rancho Grande, em Itu. Parecer nº 402, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

283 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 956, de 2005, (Autógrafo nº 27035), vetado totalmente, de autoria do deputado Marquinho Tortorello. Restringe a comercialização de produtos ópticos a estabelecimentos especializados, devidamente credenciados e portadores de licença para tal finalidade. Parecer nº 114, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

284 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 5, de 2006, (Autógrafo nº 27055), vetado totalmente, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Institui o "Protocolo de Cadastro, Atendimento e Seguimentos na Área de Saúde à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - PPNE". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

285 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 53, de 2006, (Autógrafo nº 27058), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Proíbe a instalação de estabelecimento educacional, destinado à internação de adolescentes por prática de ato infracional, nas estâncias hidrominerais, climáticas e turísticas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

286 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 77, de 2006, (Autógrafo nº 26871), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza e outros. Revoga os decretos-leis que especifica, compreendidos entre 1938 e 1947. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

287 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 108, de 2006, (Autógrafo nº 26852), vetado totalmente, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Lei 8.876, de 1994, que dispõe sobre o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

288 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 154, de 2006, (Autógrafo nº 27068), vetado totalmente, de autoria do deputado Sebastião Arcanjo. Institui a Campanha Anual de Combate às Discriminações no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

289 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 156, de 2006, (Autógrafo nº 27136), vetado totalmente, de autoria do deputado Romeu Tuma. Dá a denominação de "Estação Bresser-Mooca" à Estação Bresser da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

290 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 177, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 6374, de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. Com 2 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

291 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 224, de 2006, (Autógrafo nº 26900), vetado parcialmente, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza e outros. Revoga as leis que especifica, compreendidas entre os anos de 1947 a 1952. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

292 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 225, de 2006, (Autógrafo nº 26908), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

293 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 232, de 2006, (Autógrafo nº 27110), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dá a denominação de "Engenheiro Pedro Ricardo Frissina Blassioli" à Rodovia SP - 43, em Mogi das Cruzes. Parecer nº 405, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

294 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 241, de 2006, (Autógrafo nº 26882), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alocar recursos financeiros ao "Programa Luz para Todos". Parecer nº 1369, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

295 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 245, de 2006, (Autógrafo nº 27015), vetado totalmente, de autoria do deputado Renato Simões. Garante o direito de acesso, aos brasileiros naturalizados e estrangeiros aos cargos e empregos públicos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

296 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 252, de 2006, (Autógrafo nº 27060), vetado totalmente, de autoria do deputado Conte Lopes. Obriga aos sequestradores o cumprimento da pena em presídio de segurança máxima. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

297 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 274, de 2006, (Autógrafo nº 27111), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Professor Vicente Minicucci" à Escola Estadual do Recanto Elimar II, em Franca. Parecer nº 403, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

298 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 275, de 2006, (Autógrafo nº 26883), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 10.332, de 1999, que dispõe sobre o Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

299 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 311, de 2006, (Autógrafo nº 27144), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Dá a denominação de "Pedro Frare Neto" ao viaduto localizado no Km 340 da Rodovia Washington Luiz - SP 310, trevo de acesso à cidade de Cândido Rodrigues. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

300 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 345, de 2006, (Autógrafo nº 27112), vetado totalmente, de autoria do deputado Alberto 'Turco Loco' Hiar. Dá a denominação de "Maria José Correia Santos" à Escola Estadual Cidade de Barretos, em Praia Grande. Parecer nº 404, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

301 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 391, de 2006, (Autógrafo nº 27125), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "José Francisco Júnior - Zé do Skinão" ao prédio onde se encontra instalado o POUPATEMPO, em Bauru. Pareceres nºs 411 e 412, de 2007, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

302 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 396, de 2006, (Autógrafo nº 27126), vetado totalmente, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Dá a denominação de "Pasquale Fiorino" ao Contorno Rodoviário de acesso a Jaú, na confluência das Rodovias SP-225 e SP-255, em Jaú. Parecer nº 413, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

(Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

303 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 501, de 2006, (Autógrafo nº 26887), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a dispensa de juros e multas relacionados com débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas condições que especifica. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado)

304 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 611, de 2006, (Autógrafo nº 27057), vetado totalmente, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Institui limite máximo de tempo de atendimento em filas nos postos de saúdes, ambulatórios, unidades hospitalares e demais órgãos de saúde do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

305 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 632, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Revoga o item 3 do §1º do artigo 34 da Lei nº 6.374, 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Com emenda. Parecer nº 1512, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao Projeto e à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

306 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 663, de 2006, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a redução de débito decorrente de penalidade pecuniária por descumprimento de obrigações acessórias referentes ao ICM e ao ICMS. Com emenda. Parecer nº 1608, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

307 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 694, de 2006, (Autógrafo nº 27009), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Altera a denominação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP para "Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

308 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 712, de 2006, (Autógrafo nº 27170), vetado totalmente, de autoria do deputado José Carlos Stangarlini. Dá a denominação de "Frei Galvão" à Estação Tiradentes da linha 1 (azul) do Metrô, na Capital. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

309 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 18, de 2007, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 6.544, de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica, com o objetivo de racionalizar e simplificar o procedimento licitatório. Com 16 emendas e 01 substitutivo. Parecer nº 390, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 7, 10, 11, 12 e 13 e contrário às demais emendas e ao substitutivo. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

310 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 392, de 2007, de autoria do Sr. Governador. Cria o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL. Com 13 emendas. Parecer nº 740, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

311 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0001, de 2002, de autoria do relator especial pela Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 424, de 2002. Denega o reconhecimento, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, à declaração do estado de calamidade pública, no Município de Buri, objeto do Decreto Municipal nº 06-A, de 2001. Pareceres nºs 1013 e 1014, de 2007, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização, favoráveis.

312 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0002, de 2002, de autoria do relator especial pela Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 425, de 2002. Reconhece, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, a declaração, por 30 (trinta) dias, do estado de calamidade pública, na Estância Balneária de Praia Grande, objeto do Decreto Municipal nº 3175, de 2001. Parecer nº 1015, de 2007, de relator especial pela Comissão de Assuntos Municipais, contrário. Parecer nº 1016, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

313 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0006, de 2002, de autoria do relator especial pela Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 906, de 2002. Denega o reconhecimento, para efeitos do artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, à declaração do Estado de Calamidade Pública, no Município de Mirante do Paranapanema. Pareceres nºs 1017 e 1018, de 2007, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização, favoráveis.

314 - Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 0005, de 2004, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Parecer nº 1097, de 2004. Denega o reconhecimento da declaração de estado de calamidade pública na Estância Turística de Itu. Parecer nº 1458, de 2004, de relator especial pela Comissão de Assuntos Municipais, favorável, com substitutivo. Parecer nº 1459, de 2004, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável ao substitutivo.

315 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0020, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1360, de 2000. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato nº 254/96 celebrado, em 03/06/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Pilotis Construções e Comércio Ltda e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 493, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

316 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0022, de 2000, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1362, de 2000. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato nº 720/96 celebrado em 19/12/96, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e o Construtora Simioni Viesti Ltda e propõe o arquivamento dos autos da comunicação do Tribunal de Contas relativa a este contrato. Parecer nº 494, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

317 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0082, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2024/00. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 4/07/96, entre a CDHU e o Consórcio Master Empreendimentos Ltda/Mencasa S/A, constante do Processo TC 25313/026/96. Parecer nº 686, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

318 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0084, de 2000, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 2026/00. Aprova o certame licitatório e respectivo contrato celebrado em 6/11/96, entre a CDHU e a Únicos Comércio e Administração Ltda, constante do Processo TC 37103/026/96. Parecer nº 497, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

319 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0021, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 339/01. Aprova os 9º e 10º termos aditivos ao contrato celebrado entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e a Hidrobrasileira S/A Consultoria e Engenharia e Consultoria Técnica, constante do Processo TC 2801/026/90. Parecer nº 500, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

320 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 0029, de 2001, de autoria do relator especial - Comissão de Finanças. Parecer nº 349/01. Aprova o certame licitatório e o respectivo contrato, celebrado em 16/11/95, entre a CDHU e a Schaim Cury Engenharia e Comércio Ltda, constante do Processo TC-33043/026/95. Parecer nº 501, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

321 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 3, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 287, de 2005. Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para considerar regulares a Carta CT/CDHU/6000/1000/860/92, o Termo de Aditamento nº 766/92, de 29/10/92; e outros, provenientes do contrato celebrado entre a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a Empresa Consórcio Habitacional Franca, constante no processo TC - 1153/026/96. Parecer nº 533, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

322 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 84, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 609, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 012057/026/94, que verificou irregularidades em contrato firmado entre a ELETROPAULO e a Officio Serviços Gerais Ltda. Parecer nº 511, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

323 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 99, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 827, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019599/026/94, que verificou irregularidades em contrato firmado entre o DER e a BRASANITAS. Parecer nº 513, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

324 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 100, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 828, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019600/026/94, que verificou irregularidades em contrato firmado entre o DER e Faísca - Empresa de Saneamento Ambiental Ltda. Parecer nº 514, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

325 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 108, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 865, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020593/026/94, que verificou irregularidades em contrato firmado pelo DER e a Construtora Sanches Tripoloni Ltda. Parecer nº 515, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

326 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 109, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 868, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020018/026/93, que verificou irregularidades em contrato firmado pelo METRÔ e a Transportes e Braçagem Piratininga Ltda. Parecer nº 516, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

327 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 118, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 877, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 006538/026/94, que verificou irregularidades em contrato firmado pela COMGÁS (Companhia de Gás de São Paulo) e a Coest - Construtora S/A. Parecer nº 517, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

328 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 120, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 879, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022869/026/94, que verificou irregularidades em contrato firmado pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Perdiza Villas Boas Ltda. Parecer nº 518, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

329 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 126, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 894, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023971/026/97, que verificou irregularidade(s) no(s) contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Movimento dos Sem Terra Urbanos de Itaquaquecetuba. Parecer nº 519, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

330 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 129, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 897, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 001241/026/97, que verificou irregularidade(s) no(s) contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação das Famílias do Conjunto Residencial 1º de Maio. Parecer nº 520, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

331 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 135, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 903, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022866/026/94, que verificou irregularidades em contrato firmado pela CDHU e a Construforte Construções e Comércio Ltda. Parecer nº 521, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

332 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 143, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 911, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023575/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado pela Nossa Caixa - Nosso Banco S/A e a Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Gerais Ltda. Parecer nº 523, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

333 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 149, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 917, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028296/026/97, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela COSESP (Companhia de Seguros do Estado de São Paulo) e a Empresa Santa Cruz Seguros S/A e da Empresa Ocidental Planejamento e Projetos S/C. Parecer nº 524, de 2007, de

relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

334 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 162, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 954, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 031130/026/96, que verificou irregularidade no(s) contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo) e a Associação de Mutirantes Novos Caminhos. Parecer nº 525, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

335 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 167, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 961, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013978/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Tartuce Construtora e Incorporadora Ltda. Parecer nº 687, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

336 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 181, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 975, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023972/026/97, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a "União de Moradores de Vilas Antonio dos Santos e União e Adjacências". Parecer nº 526, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

337 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 183, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 977, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 008598/026/91, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Consorcio Habitacional União. Parecer nº 527, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

338 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 196, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1014, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 031139/026/96 verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação Social Cristã dos Moradores da Fazenda da Juta. Parecer nº 534, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

339 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 200, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1018, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 017734/026/95, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros e White Martins Gases Industriais S/A. Parecer nº 535, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

340 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 206, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1034, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 008661/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação "Central de Entidades Populares". Parecer nº 544, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

341 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 216, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1044, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 005260/026/95, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a ESCA (Engenharia de Sistemas de Controle e Automação S/A. Parecer nº 543, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

342 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 217, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1045, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018835/026/96, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e H. Guedes Engenharia Ltda. Parecer nº 536, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

343 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 242, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1075, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 005523/026/99, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e TRANSLAR (Transporte do Lar Ltda.) Parecer nº 542, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

344 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 252, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1085, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020218/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação Grupo de Ruas Cohab I - São Paulo. Parecer nº 549, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

345 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 265, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1098, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 002475/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Heleno & Fonseca Construtécnica S/A. Parecer nº 528, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

346 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 286, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1119, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 011305/026/94, que verificou irregularidade(s) no(s) contrato(s) firmado(s) pela DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e PROJEL (Projetos de Engenharia Especializada S/C Ltda). Parecer nº 529, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

347 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 289, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1122, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 033994/026/96, que verificou irregularidade(s) no(s) contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação

Pró-Moradia dos Sem Teto, Sem Casa, de Itatiba.Parecer nº 530, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

348 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 303, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1136, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 006172/026/90, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Constran S/A Construções e Comércio.Parecer nº 540, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

349 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 310, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1191, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019601/026/94, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) entre o DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Faísca - Empresa de Saneamento Ambiental Ltda. Parecer nº 539, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

350 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 311, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1192, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019059/026/94, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) entre o DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e FAÍSCA (Empresa de Saneamento Ambiental Ltda). Parecer nº 538, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

351 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 312, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1193, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022078/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a União Comunitária de Assistência ao Povo da Favela Cabuçu. Parecer nº 537, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

352 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 337, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1218, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 017280/026/97, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a SAJAM (Sociedade Amigos Jardim Santa Maria). Parecer nº 606, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

353 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 347, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1228, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019750/026/93, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Construtora Lix da Cunha S/A. Parecer nº 545, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

354 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 353, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1234, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024520/026/93, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Construtora Silva Chaves Ltda. Parecer nº 531, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

355 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 372, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1260, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 015058/026/93, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A.) e Linephalt Brasileira Sinalização Viário S/A. Parecer nº 548, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

356 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 381, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1269, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 035316/026/92, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e UNIENGE Comercial e Construtora Ltda., (atual U & M Construção Pesada Ltda.). Parecer nº 547, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

357 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 408, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1296, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023570/026/96 verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela Nossa Caixa - Nosso Banco S/A e a Brasanitas - Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda. Parecer nº 546, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

358 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 411, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1299, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016298/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela Secretaria de Estado da Saúde - Unidade de Gestão Assistencial II - Hospital Ipiranga e APETECE Sistemas de Alimentação Ltda. Parecer nº 541, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

359 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 418, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1306, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020225/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Sociedade Amigos da Cidade de São Matheus. Parecer nº 532, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

360 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 422, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1310, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 032090/026/02, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Empresa Confiança Mudanças e Transportes Ltda. Parecer nº 572, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

361 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 434, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1326, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026734/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela METRÔ (Companhia do

Metropolitano de São Paulo) e Figueiredo Ferraz Consultoria e Engenharia de Projetos Ltda. Parecer nº 573, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

362 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 436, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1328, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 017276/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o "Movimento Sem Terra de São Miguel Paulista". Parecer nº 574, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

363 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 444, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1336, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 036349/026/92, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Construtora Beter S/A. Parecer nº 575, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

364 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 446, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1338, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 015525/026/96, que verificou irregularidade(s) no(s) contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Continental Construções e Comércio Ltda. Parecer nº 576, de 2007, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

365 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 477, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1369, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018852/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Múltipla Engenharia Ltda. Parecer nº 577, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

366 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 504, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº

1396, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 015522/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Gocil Serviços de Segurança e Vigilância Ltda. Parecer nº 578, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

367 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 511, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1403, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020084/026/98, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo) e Associação de Amigos e Moradores União pelo Parque Savoy City e Fazenda Aricanduva. Parecer nº 579, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

368 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 513, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1405, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 008307/026/98, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste. Parecer nº 580, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

369 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 531, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1423, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018844/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Movimento de Mulheres do Jardim Comercial e Adjacências. Parecer nº 581, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

370 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 533, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1425, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 010308/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e

Construtora Cappellano S/A. Parecer nº 582, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

371 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 562, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1454, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022073/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação Nova Belém. Parecer nº 583, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

372 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 582, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1474, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020214/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Solidariedade Santa Terezinha. Parecer nº 584, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

373 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 585, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1477, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 5104/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a Procontrol Engenharia de Sistemas S/A. Parecer nº 585, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

374 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 586, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1478, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021321/026/92, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e Fonseca Almeida Comércio e Indústria S/A. Parecer nº 586, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

375 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 614, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1506, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São

Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 025118/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a SETEPLA Tecnometal Engenharia Ltda. Parecer nº 587, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

376 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 631, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1523, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020221/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Movimento dos Sem Terra Urbanos da Região Leste da Grande São Paulo. Parecer nº 704, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

377 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 632, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1524, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019061/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Brasanitas - Empresa Brasileira de Saneamento e Comércio Ltda. Parecer nº 588, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

378 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 633, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1525, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 001770/026/95, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Construtora Sorocaba Ltda. Parecer nº 589, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

379 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 638, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1530, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 034311/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação Sem Casa Unidos Venceremos. Parecer nº 590, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

380 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 641, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1533, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020206/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação Comunitária Vila Conceição. Parecer nº 591, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

381 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 647, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1539, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 017770/026/01, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CODASP (Companhia do Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) e COTRADASP (Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrícola e Silvicultura). Parecer nº 592, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

382 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 653, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1545, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021733/026/91, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A e Interface Administração e Sistemas S/C Ltda. Parecer nº 593, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

383 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 654, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1546, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024936/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Construtora Basso Ltda. Parecer nº 594, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

384 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 658, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1550, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023018/026/98, que verificou

irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Associação Clube de Mães Alto Paraguai. Parecer nº 595, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

385 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 659, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1551, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 017277/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Sociedade Amigos do Jardim Nossa Senhora do Carmo. Parecer nº 596, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

386 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 661, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1553, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 015214/026/00, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e Consdon Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 597, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

387 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 674, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1566, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019596/026/94 verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e a Empresa Limpadora Centro Ltda. Parecer nº 598, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

388 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 690, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1582, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021969/026/93 verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo) e a Comercial e Construtora Guitte Ltda. Parecer nº 600, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

389 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 695, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1611, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026735/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a Promon Engenharia Ltda. Parecer nº 599, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável. Parecer nº 599, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

390 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 699, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1615, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023017/026/98, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Movimento dos Sem Terra Urbano de Mogi das Cruzes. Parecer nº 601, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

391 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 701, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1655, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 009764/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A) e Vence Engenharia e Empreendimentos S/C Ltda. Parecer nº 602, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

392 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 702, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1656, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 008594/026/91, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa AMAFI Comercial Construtora Ltda. Parecer nº 603, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

393 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 703, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1657, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023001/026/98, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Sociedade Amigos de Bairro de Paranapanema. Parecer nº 690, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

394 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 708, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1662, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020212/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia De Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação de Construção Comunitária por Mutirão de Guarulhos. Parecer nº 607, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

395 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 726, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1797, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026370/026/95, que verificou irregularidade(s) no(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a Companhia União de Seguros Gerais. Parecer nº 608, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

396 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 735, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1811, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004485/026/93, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e a Data Service Informática Ltda. Parecer nº 609, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

397 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 755, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1831, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013945/026/91, que verificou irregularidades nos documentos relativos ao contrato nº 107/90 - 2 celebrado entre a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e H. Guedes Engenharia S/A. Parecer nº 610, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

398 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 756, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº

1832, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 029289/026/95, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a ESTETO Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 611, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

399 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 778, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1869, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020208/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Movimento de Moradia Paulistana Leste - MOMPA. Parecer nº 612, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

400 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 779, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1870, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 008305/026/98, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação de Mulheres de Pirituba. Parecer nº 613, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

401 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 780, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1871, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023015/026/98, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Centro Social Benedita Bernardes. Parecer nº 614, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

402 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 782, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1873, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020626/026/90, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A) e a Geoterra Topografia e Projeto Ltda. Parecer nº 638, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

403 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 785, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1876, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023003/026/98, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste. Parecer nº 615, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

404 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 786, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1892, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018843/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação Comunitária dos Sem Casa de Jundiaí. Parecer nº 616, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

405 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 788, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1894, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 009924/026/91, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Intercontinental Engenharia Ltda. Parecer nº 617, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

406 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 793, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1899, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 010310/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Almeida Marin Construções e Comercio Ltda. Parecer nº 618, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

407 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 800, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1906, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013975/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação União de Itajuibe. Parecer nº 619, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

408 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 824, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2111, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004823/026/01 e 34200/026/92, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e Construtora Gomes Lourenço S/A. Parecer nº 691, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

409 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 843, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2130, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 008303/026/98, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste. Parecer nº 620, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

410 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 850, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2137, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 005319/026/91, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e Themag Engenharia Ltda. Parecer nº 621, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

411 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 858, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2152, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 019745/026/93, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A.) e a Brasauto Brasileira de Veículos Ltda. Parecer nº 622, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

412 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 860, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2154, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 003899/026/97, que verificou

irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e a Empresa Fermopar Construções Ltda. Parecer nº 692, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

413 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 863, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2157, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 015512/026/96, que verificou irregularidades no(s) contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Power Serviços de Segurança e Vigilância Ltda. Parecer nº 693, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

414 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 869, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2166, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 000529/026/95, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a empresa ENGECONSULT Engenheiros e Consultores Ltda. Parecer nº 694, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

415 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 875, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2172, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028547/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste - Residencial Vila Verde. Parecer nº 695, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

416 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 880, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2177, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 037101/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a DELPHOS Engenharia S/A. Parecer nº 696, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

417 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 893, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2213, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 013821/026/91, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a empresa Heleno & Fonseca Construtécnica S/A. Parecer nº 697, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

418 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 901, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2221, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022063/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) entre a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação de Mulheres Clementina de Jesus, referente ao empreendimento "Guaianazes C.2". Parecer nº 698, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

419 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 929, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2249, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 000522/026/95, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a Hidroservice Engenharia Ltda. Parecer nº 623, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

420 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 934, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2284, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 030162/026/92, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Empresa SERGEN - Serviços Gerais de Engenharia S/A. Parecer nº 624, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

421 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 948, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2312, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 00526/026/95, que verificou

irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a ENGEVIX (Engenharia Sociedade Civil Ltda). Parecer nº 625, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

422 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 951, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2457, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 001721/026/93, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social e a Sitec S/A Indústria e Comércio. Parecer nº 626, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

423 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 955, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2461, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC 020019/026/93 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo METRÔ (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a Transbraçal Prestação de Serviços Indústria e Comércio Ltda. Parecer nº 627, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

424 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 958, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2464, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 010309/026/94 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora TAMOYOS Ltda. Parecer nº 628, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

425 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 960, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2466, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC 017278/026/97, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Sociedade Amigos de Bairro Vila Progresso e Adjacências - Empreendimentos Cangaíba A 15. Parecer nº 629, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

426 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 975, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2481, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 020227/026/97, que verificou irregularidade no(s) contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do estado de São Paulo) e FECESP (Fundação para o Desenvolvimento da Educação). Parecer nº 630, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

427 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 976, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2482, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 0020217/026/97 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Frente Pró Moradia Popular de Ferraz de Vasconcelos. Parecer nº 631, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

428 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 998, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2571, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 007810/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a SAT - Engenharia e Comércio Ltda. Parecer nº 632, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

429 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1003, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 2764, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente o Processo TC - 016117/026/01, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, e a CONTRSDASP - Cooperativa de Trabalho para a Conservação do Solo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrícola e Silvicultura. Parecer nº 633, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

430 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1046, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3230, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 036164/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Tamoyos Ltda. Parecer nº 634, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

431 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1047, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3231, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 015522/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Gocil Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. Parecer nº 635, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

432 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1048, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3292, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023016/026/98 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste Residencial Brasilândia. Parecer nº 636, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

433 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 1053, de 2005, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 3426, de 2005. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 030527/026/97 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e a empresa TERMAQ - Terraplenagem Construção Civil e Escavação Ltda. Parecer nº 637, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

434 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 88, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024215/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a empresa Múltipla Engenharia Ltda. Parecer nº 639, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

435 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 20, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 274, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 027134/026/94 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Ricardo Pappa Projetos e Construções Ltda. Parecer nº 640, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

436 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 29, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 352, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016614/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a L. Castelo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 641, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

437 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 59, de 2006, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer nº 671, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024750/026/97 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pelo DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A) e Empreendimentos Rodoviários Comerciais "Lago Azul" Ltda. Parecer nº 642, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

438 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 84, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 743, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 031371/026/99 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Paez de Lima Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda. Parecer nº 643, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

439 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 106, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1103, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026879/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Croma Ltda. Parecer nº 644, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

440 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 120, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1211, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 024282/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Metrópole Engenharia e Comercio Ltda. Parecer nº 645, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

441 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 124, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1215, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 032311/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela FDE(Fundação para o Desenvolvimento da Educação) e a Prefeitura Municipal de Iporanga. Parecer nº 646, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

442 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 149, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1312, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 007279/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Design Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. Parecer nº 699, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

443 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 150, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1313, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 007360/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Coccaro Ltda. Parecer nº 700, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização, favorável.

444 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 159, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº

1328, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023471/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa Construtécnica Engenharia Ltda. Parecer nº 647, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

445 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 163, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1332, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 001395/026/04 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L. Castelo Engenharia e Construções Ltda. Parecer nº 648, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

446 - Votação "ad referendum" - Projeto de decreto legislativo nº 174, de 2006, de autoria do relator especial pela Comissão de Finanças. Parecer nº 1409, de 2006. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 029364/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtécnica Engenharia Ltda. Parecer nº 649, de 2007, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.